



NATUREZA E DIREITO POLÍTICO EM O CONTRATO SOCIAL DE ROUSSEAU¹

Ananda Mila Kohn², Claudio Boeira Garcia³. UNIJUI

Na obra *O Contrato Social*, o autor Jean-Jacques Rousseau explana acerca dos princípios do direito político (em distinção ao direito positivo). A partir daí, abre-se a problemática: quais são os parâmetros para julgar as sociedades existentes. Tais parâmetros ou princípios se constituem, pois, como condição de análise; como uma escala que permite avaliar as distâncias entre eles e as sociedades reais. Para esclarecer essa questão, central no autor, trata-se de averiguar em suas próprias obras as noções elucidativas de forma hermenêutica. Rousseau embora não se ocupe com ordenamentos de sociedades e de governos empíricos, oferece princípios para um ser moral (comunidade política) bem constituído. Para Rousseau, a origem do corpo político e do direito não se assenta na força, na violência ou no pátrio poder, mas sim em livres e equitativas convenções. Para isso, é preciso examinar o que constitui o direito político enquanto tal; averiguar os elementos que o constituem. Rousseau assenta a legitimidade política nas convenções e não na natureza, pois o direito político só pode se basear na vontade livre e no consentimento. Sob este panorama geral Rousseau articula os temas primordiais do contrato social: vontade geral, soberania, bem comum, liberdade civil e lei. Sobre a soberania, Rousseau afirma que, por ser o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se. O pacto social, nos termos expostos, apresenta as condições políticas de conciliar o desenvolvimento das faculdades e sentimentos naturais com a vida civil. Portanto, apenas quando se mantém livres, senhores de si mesmos, pela obediência às leis e ao pacto que consentiram, ao qual se doaram, os homens constituem-se propriamente como homens, mediante o uso da razão. Conclui-se que o Contrato Social expõe a teoria de um modo de manutenção da liberdade enquanto obediência a si mesmo e, ao mesmo tempo, a todos (vontade geral). O que permite ao homem existir na sociedade sem que isso implique submissão a outrem. As cláusulas da obra apresentam uma solução ao difícil problema político e moral da abdicação da liberdade natural em troca da liberdade civil, mostrando que a última pode, sob condições de legitimidade, constituir-se numa forma autêntica de existência tanto do homem quanto da sociedade. Agência de fomento: CNPq

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de Graduação em Filosofia da Unijui.

² Bolsista PIBIC/CNPq, aluna de graduação em Filosofia da UNIJUI.

³ Professor orientador, pesquisador do DFP-UNIJUI